

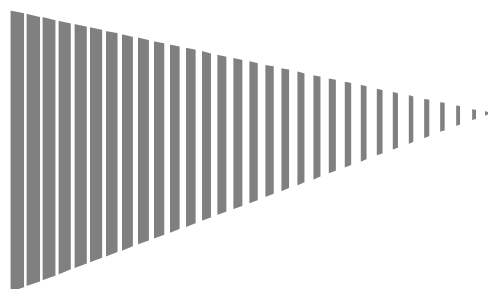


TM Rio 2016

Abordagem para Posicionamento da ABECS sobre regulamentação da MP 615

Apresentação para Diretoria Abecs

São Paulo, 26 de Julho de 2013



EY

Building a better
working world

Agenda

A	Status do projeto – entrevistas e reuniões realizadas
B	Riscos e temas técnicos e agenda com Banco Central
C	Riscos e temas institucionais – ex. Circulação de moeda no país
D	Pontos de atenção – emendas apresentadas
E	Próximos passos

O projeto tem por objetivo viabilizar agenda de discussões para tratar os riscos decorrentes da MP 615

Objetivos do projeto

			Ações
<p>Concretizar agenda de reuniões com Banco Central e outros intervenientes</p>	<p>Temas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Definições conceituais ▶ Custodia / garantias ▶ Facilitadoras (sub-adquirentes) ▶ Modelo tarifação ▶ Cadastro ▶ Lavagem dinheiro / Limites / Compliance ▶ Credenciadoras / interoperabilidade 	<p>Produtos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Credito ▶ Debito ▶ Pré-pago ▶ Moeda virtual 	<p>Preparação de questões e embasamento técnico para discussão com Banco Central</p>
	<p>Riscos / Questões Técnicas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Custódia de recursos das contas de pagamento fora de lfs ▶ Tabelamento ou fixação de <i>fees</i> / sobrepreço ▶ Regras cadastro e <i>compliance</i> ▶ Dinâmica de prazos de pagamentos e antecipação de recebíveis 	<p>Riscos / Questões Institucionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Desigualdade nas condições competitivas ▶ Desestímulo a novos investimentos no setor / Redução da eficiência do sistema ▶ Aumento de custos para consumidor e ECs de pequeno porte ▶ Aumento de evasão fiscal 	
<p>Endereçar riscos / questões de ordem técnica e institucional decorrentes da MP 615</p>			<p>Preparação de benchmarks e estudos analíticos para avaliação e discussão de riscos</p>

Até o momento, realizamos entrevistas com todos os membros da Diretoria da Abecs e reuniões com intervenientes relevantes

Status do projeto – entrevistas e reuniões realizadas

☑ Entrevistas realizadas

- ▶ Carlos Donizeti Maia ⁽¹⁾
- ▶ Edison Pacheco ⁽¹⁾
- ▶ Fábio Fontainha
- ▶ Gustavo Passarelli
- ▶ Gustavo Noman
- ▶ Jair Scalco
- ▶ João Pedro Paro⁽²⁾
- ▶ Juan Ferres
- ▶ Manoel Pinto
- ▶ Marcelo Araújo Noronha
- ▶ Marcelo Takeyama
- ▶ Mario Ferreira Neto
- ▶ Milton Maluhy
- ▶ Raul Francisco Moreira
- ▶ Ricardo Vieira
- ▶ Rômulo Dias
- ▶ Rubén Osta

☐ Entrevistas a realizar

- ▶ Vice-presidentes dos Bancos membros da Abecs (se necessário)
- ▶ Murilo Portugal e outros membros da FEBRABAN indicados
- ▶ Frederico Alves de Souza

Em adição às entrevistas realizadas com lideranças da indústria, foram realizadas uma **reunião com Bacen** e uma **reunião com a assessora parlamentar Caroline Fleury**

(1) Santander; (2) Mastercard
Fonte: Abecs; EY

As reuniões realizadas com Bacen e com a assessoria do senador tiveram por objetivo a abertura de agenda

Sumário das reuniões realizadas

Reunião com Bacen

- ▶ Ratificação de que os **membros da Abecs apoiam a MP** e a regulação do setor
- ▶ **Temas técnicos discutidos** em alto nível
 - Conta de pagamento (moeda eletrônica) vs. Conta corrente (moeda escritural)
 - Modelo de negócios para pré-pago
 - Inclusão financeira, através de conta de pagamento e redução de custos
 - Custódia dos recursos depositados em moeda eletrônica (conta de reserva, títulos públicos ou conta direta no BC)
 - Facilitadoras e credenciadoras serão alvo de regulação

Bacen sinalizou que **pode não haver agenda** para todas as reuniões solicitadas

Reunião com assessoria do senador

- ▶ Apresentação dos **principais conceitos da indústria**, cadeia de valor, o papel de cada player, etc.
- ▶ Apresentação dos **principais números do setor**, demonstrando a relevância da indústria de meios eletrônicos de pagamentos para o país
- ▶ **Discussão de riscos para o setor** e respectivos impactos para consumidores, pequenos varejistas e atores do setor de meios eletrônicos de pagamentos

Agendamento de **reunião adicional**, em Brasília, na próxima 2ª.feira (29/Jul)

Agenda

A	Status do projeto – entrevistas e reuniões realizadas
B	Riscos e temas técnicos e agenda com Banco Central
C	Riscos e temas institucionais – ex. Circulação de moeda no país
D	Pontos de atenção – emendas apresentadas
E	Próximos passos

Nas próximas semanas, a intenção é realizar reuniões com Bacen para discutir os temas técnicos relevantes

Principais temas para discussão com Bacen

PRELIMINAR

	Crédito	Débito	Pré pago	Moeda virtual	Sugestão de agenda [para cada semana]						
					29/7	5/8	12/8	19/8	26/8	...	
▪ Definições conceituais					✓						
▪ Custódia / Garantias / SCG						✓					
▪ Facilitadoras (sub-adquirentes)						✓					
▪ Modelos de tarifação							✓				
▪ Cadastro								✓			
▪ Lavagem de dinheiro / Limites / Compliance								✓			
▪ Credenciadoras / Conceitos interoperabilidade									✓		
▪ Outros temas											✓



Nas entrevistas com a liderança da Abecs, foi possível avaliar quais são princípios importantes para nortear a regulação

Pilares da MP 615 (1)

- ▶ Regular a indústria de cartões
- ▶ Regular moeda eletrônica
- ▶ Promover a inclusão financeira

Princípios norteadores discutidos nas entrevistas

Permitir a livre competição na indústria: não restrição a novos entrantes, igualdade nas condições competitivas e não tabelamento de preços

Favorecer a inclusão financeira dos usuários: eficiência em custos para ECs e consumidores, oportunidade de viabilizar novos produtos e proteção de investimentos realizados

Alavancar os meios eletrônicos de pagamento como meio de formalização da economia: não inviabilização de compras de *ticket* reduzido, apoio à gestão financeira do lojista e geração de resultados positivos para o fisco

Garantir a segurança do sistema: assegurar a segurança do dinheiro depositado em contas de pagamento e limitar o risco de uso de fianças do sistema

Os princípios norteadores serão critérios para avaliação da **adequação dos argumentos e direcionamento das análises para discussões** com Bacen e Senado

A partir dos princípios norteadores, é possível levantar os principais riscos na visão da liderança da indústria (1/2)

Riscos técnicos levantados nas entrevistas

PARA REVISÃO

1 Definições conceituais

- ▶ Instituições de Pagamento passarem a ser Instituições Financeiras
- ▶ Definição de regra única vs. regra para cada ator da cadeia de valor
- ▶ Canal / meio de captura (ex. *mobile*) ser considerado "arranjo de pagamentos"

2 Custódia / Garantias / SCG

- ▶ Custódia dos recursos das contas de pagamento em entidades externas a instituições financeiras
- ▶ Exigência de níveis diferenciados de garantias a depender do ator da cadeia de valor (ex. reserva de recursos, capital requerido)
- ▶ Modificação / impacto de garantias em operações atuais de crédito

3 Facilitadoras (sub-adquirentes)

- ▶ Regras para operação e atendimento de demandas de clientes
- ▶ Elevação do custo de fiança do sistema por inadequação de obrigações relativas a custódia, garantias, *compliance*, etc.

4 Modelos de tarifação

- ▶ *Fee* fixo para débito
- ▶ Tabelamento / limitação de tarifas (MDR, Intercâmbio)
- ▶ Permissão de sobrepreço

A partir dos princípios norteadores, é possível levantar os principais riscos na visão da liderança da indústria (2/2)

Riscos técnicos levantados nas entrevistas

PARA REVISÃO

5 Cadastro

- ▶ Continuidade do modelo atual ou definição de regras de cadastro de clientes diferentes daquelas praticadas pelo mercado
- ▶ Diferenciação de regras para gestão das contas de clientes e regras de compartilhamento de informações entre diferentes *players*

6 Lavagem de dinheiro / Limites / Compliance

- ▶ Limites operacionais muito elevados ou muito restritivos
- ▶ Redução da confiabilidade do sistema pela atuação não regulada de atores na cadeia de valor
- ▶ Regras de compliance para os diferentes *players*

7 Credenciadoras / Conceitos interoperabilidade

- ▶ Classificação de acordo com as tipificações da MP
- ▶ Riscos de segregação das funções de credenciamento e rede
- ▶ Interoperabilidade na cadeia de valor (exclusividades, rede – pin pads / PoS e mobile)

Outros riscos

- ▶ Mudança na dinâmica de prazos de pagamentos
- ▶ Mudança na dinâmica dos produtos de antecipação de recebíveis

Agenda

A	Status do projeto – entrevistas e reuniões realizadas
B	Riscos e temas técnicos e agenda com Banco Central
C	Riscos e temas institucionais – ex. Circulação de moeda no país
D	Pontos de atenção – emendas apresentadas
E	Próximos passos

Em complemento aos riscos de ordem técnica, é necessário considerar riscos de ordem institucional nas avaliações

Riscos institucionais levantados nas entrevistas

PARA REVISÃO

Dinâmica de competição no setor

- ▶ Restrição / inviabilização de novos entrantes
- ▶ Desigualdade de condições competitivas
- ▶ Desestímulo a novos investimentos no setor de meios eletrônicos de pagamento
- ▶ Redução da eficiência do sistema de pagamentos

Limitação a inclusão financeira

- ▶ Penalização de transações de baixo valor (aumento de custos, migração para uso de moeda em espécie)
- ▶ Penalização de estabelecimentos comerciais de pequeno porte (menor segurança, maior complexidade de gestão financeira)
- ▶ Inviabilização de produtos de inclusão financeira (ex. pré-pago)

Resultados para o Governo

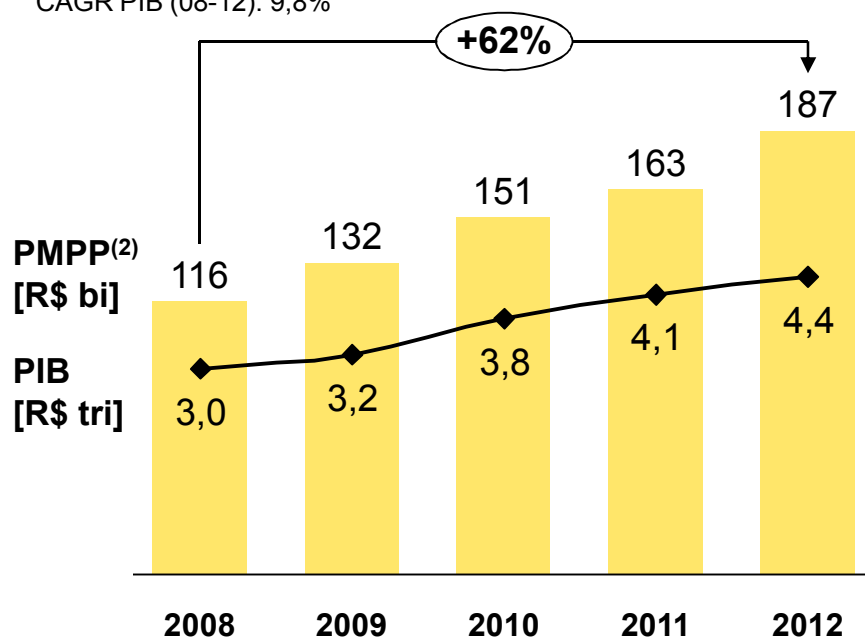
- ▶ Redução do ritmo de formalização da economia
- ▶ Aumento de evasão fiscal
- ▶ Aumento dos custos de transações para o consumidor final

Nos últimos anos, houve crescimento da circularização de moeda no Brasil

Exemplo de tema institucional – Circularização de moeda no Brasil

Circularização de moeda vs. PIB [%]

CAGR PMPP (08-12): 12,8%
CAGR PIB (08-12): 9,8%



PMPP/PIB	2008	2009	2010	2011	2012
	3,81%	4,07%	4,01%	3,93%	4,26%

◆ PIB nominal [R\$] ■ PMPP nominal [R\$]

Observações / análises

- ▶ **Crescimento de 15,2% na circularização de moeda no último ano vs. crescimento de 6,3% no PIB (2011 – 2012)**
- ▶ **Expectativa de aumento da circularização de moeda em relação ao PIB para os próximos anos no Brasil (Brasil 4,26% vs. EUA 6%, Europa 9% e Japão 13%)**
- ▶ **Crescimento do valor de circularização de moeda (12,8% a.a.) superior à quantidade de moeda (papel e moeda – 9,1% a.a.)**
- ▶ **Gasto total⁽¹⁾ de R\$ 2,7 bi (em 2011) para produção, seguro, distribuição, custódia e armazenamento da moeda**
- ▶ **Além dos custos de fornecimento de moeda, existem custos indiretos a considerar – ex. segurança / risco para o pequeno lojista**

(1) Inclui gastos do Banco do Brasil para custódia da moeda (2) PMPP Papel Moeda em Poder do Público
Fonte: Banco Central; Valor Econômico (matéria baseada em pesquisa do Bacen); EY

Agenda

A	Status do projeto – entrevistas e reuniões realizadas
B	Riscos e temas técnicos e agenda com Banco Central
C	Riscos e temas institucionais – ex. Circulação de moeda no país
D	Pontos de atenção – emendas apresentadas
E	Próximos passos

A Abecs trabalhou em conjunto com a FEBRABAN para definir seu posicionamento em relação a uma série de emendas

Resultado da avaliação das emendas apresentadas

▶ Trabalho realizado pela Abecs em conjunto com a FEBRABAN para avaliação de diversas emendas com potencial impacto sobre a indústria de pagamentos

Emenda	Posição	Emenda	Posição	Emenda	Posição
35	Rejeição	55	Rejeição	80	Favorável
41	Rejeição	56	Rejeição	81	Rejeição
42	Rejeição	57	Rejeição	85	Rejeição
43	Rejeição	63	Rejeição	86	Rejeição
44	Rejeição	73	Rejeição	87	Neutro
45	Rejeição	74	Rejeição	88	Rejeição
46	Rejeição	75	Rejeição	96	Neutro
47	Rejeição	76	Rejeição	97	Favorável
48	Rejeição	77	Favorável	104	Rejeição
49	Rejeição	78	Favorável		
51	Rejeição	79	Rejeição		

Emendas para quais Abecs e FEBRABAN são favoráveis

- 77 - Prazo de 180 dias, contados do estabelecimento das diretrizes pelo CMN
- 78 - Prazo de adequação dos sistemas e processos para o cumprimento (...)
- 80 - “Na definição de arranjos de pagamentos, os instituidores de arranjo (...)” [semântica]
- 97 - Não são alcançados pela MP o Vale Cultura, Bolsa Família, Vale Transporte, etc.

Discussão acerca da retirada do parágrafo § 2º do artigo 6º. VI e opinião de Pinheiro Neto Advogados

Discussão acerca da retirada do parágrafo: “ § 2º É vedada às instituições de pagamento a realização de atividades privativas de instituições financeiras, sem prejuízo do desempenho das atividades previstas no inciso III do caput.” [MP 615]

O § 2º do artigo 6º da Medida Provisória nº 615 de 17.5.2013 (“MP 615”) **não tem o escopo de prejudicar as instituições de pagamento que são instituições financeiras** tampouco as instituições de pagamento não financeiras, ou de alguma forma gerar uma vantagem para uma em prejuízo da outra.

Em nossa interpretação, **o referido dispositivo apenas busca esclarecer que as instituições de pagamento não são instituições financeiras** e, portanto, lhes é vedada a realização de atividades privativas das instituições financeiras. Entendemos, inclusive, que para o governo está claro que essas duas instituições não devem ser confundidas.

Esse § 2º nos parece importante para afastar o risco de ser considerado que algumas atividades típicas de instituições de pagamento, especialmente emissores, como o recebimento de cargas e recargas, seriam atividades privativas de instituições financeiras, risco esse que, em nosso entendimento, existia antes da edição da MP 615. Além disso, esse dispositivo também ajuda a **delimitar as atividades que podem ser desempenhadas pelas instituições de pagamento** ao deixar claro que não lhes cabe a realização de atividades privativas de instituições financeiras

Agenda

A	Status do projeto – entrevistas e reuniões realizadas
B	Riscos e temas técnicos e agenda com Banco Central
C	Riscos e temas institucionais – ex. Circulação de moeda no país
D	Pontos de atenção – emendas apresentadas
E	Próximos passos

Próximos passos

- ▶ **Realização das entrevistas** com membros indicados da FEBRABAN
- ▶ Agendamento e início da **realização das reuniões com Banco Central** – objetivo para próxima semana: realizar discussão sobre Definição Conceitual
- ▶ Realização de **nova reunião com a assessoria do Senador** – Brasília, 29/Jul
- ▶ Avançar na **busca de cases e benchmarks para suportar argumentos** a utilizar nas discussões técnicas com o Banco Central



EY

Building a better
working world